

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com mudança na comunicação, Lula vai para a linha de frente e rebate críticas (poder)3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A reforma e a "multiplicação" de crimes tributários6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O governo terá que fazer uma arrumação, reforma ministerial não basta8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Eleição no Congresso: mudanças nas duas Casas trazem novos desafios para o governo Lula10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump reitera taxaço para México e Canadá12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preço do gás vai cair a partir do dia 1º diz CEO da Petrobras13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Abras pede rapidez em medidas contra inflação de alimentos14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As incertezas globais - CELSO MING15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Agenda fiscal de Lula preocupa, mas promessa sobre Petrobras traz alívio - MERCADO S/A16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros e inflação em alta: ameaças para a economia18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

"Se depender de mim, não tem outra medida fiscal", diz Lula19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas têm déficit de R\$ 43 bi, dentro da meta fiscal20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo federal cumpre meta fiscal de 202422

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Gasto com Previdência é subestimado em R\$ 30 bi24

Sexta-Feira, 31 de Janeiro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

BPC: o programa social mais sensível politicamente 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Presidente diz que pedirá explicações a empresários sobre preço dos alimentos 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo cumpre objetivo, mas falta confiança 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Dólar cai pelo 9º dia seguido e fecha em R\$ 5,85 30

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Incúria fiscal dos governadores é preocupante (Editorial) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom "suave" abre debate sobre nível final da Selic 32

Com mudança na comunicação, Lula vai para a linha de frente e rebate críticas (poder)

Victor Correia +

Com a popularidade em constante queda, a **inflação** alta e o recuo sobre a fiscalização do Pix, que impactou fortemente a imagem do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a linha de frente para rebater críticas e esclarecer pontos que provocaram crises, de olho nas eleições de 2026. Sob orientação do novo ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, o chefe do Executivo deu uma longa entrevista coletiva, nesta quinta-feira, na qual abordou uma série de assuntos, que foram da economia à política externa.

Lula reconheceu que o povo tem razão em estar insatisfeito com o governo, que não está entregando aquilo que prometeu. Disse, no entanto, não estar preocupado com resultado de pesquisas. Eu dizia para o Pimenta (Paulo Pimenta, ex-chefe da Secom): não se preocupe com pesquisa, porque o povo tem razão. A gente não está entregando aquilo que a gente prometeu. Então, como o povo vai falar bem do governo se a gente não está entregando?

Segundo o chefe do Executivo, no entanto, é muito cedo para fazer pesquisa sobre 2026 e para avaliar o governo, pois a gestão tem apenas dois anos. Cada coisa que eu falar para vocês, quero que anotem, porque cada coisa que eu falar, nós vamos entregar.

Um dos principais desafios para o governo é a alta dos alimentos, cujos preços subiram mais de 8% no ano passado, motivados principalmente por eventos climáticos extremos. Lula convocou reuniões com seus ministros para tratar do tema e anunciou a redução da alíquota de importação para alimentos que estiverem mais baratos no mercado externo. Questionado sobre as ações que estão no horizonte do governo, ele destacou que quer incentivar a produção de alimentos com financiamentos e modernização, e convocar os produtores para entender os motivos da alta, citando como exemplo a soja e a carne. Porém garantiu que não vai tomar medidas heterodoxas.

Eu não tomarei nenhuma medida daquelas que são bravata. Eu não farei cota, não vou colocar helicóptero para sobrevoar fazenda e prender boi, como foi feito no tempo do Plano Cruzado. Eu não vou estabelecer nada que possa significar o surgimento de um mercado paralelo. O que nós precisamos trabalhar,

com muito carinho, é aumentar a produção de tudo aquilo que a gente produz", respondeu.

Já sobre o possível aumento do diesel pela Petrobras - que vem sendo especulado devido à defasagem de 22% do preço interno em relação ao mercado externo -, Lula negou saber sobre o reajuste. O rumor ganhou força após reunião entre o petista e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, na segunda-feira.

Eu não autorizei aumento do diesel. Desde o meu primeiro mandato, eu aprendi que quem autoriza aumento no petróleo e nos produtos do petróleo é a Petrobras, e não o presidente da República. Se ela tiver que fazer um reajuste, mesmo não levando em conta o aumento da **inflação** em 2023 e 2025, ainda assim o preço será menor do que em dezembro de 2022. Mas eu ainda não fui avisado se vai aumentar ou não, declarou.

Ele afirmou ainda que, caso haja movimentação de caminhoneiros insatisfeitos com o aumento dos combustíveis, vai chamar a categoria para dialogar. Além da possibilidade de reajuste pela Petrobras, o preço do diesel e da gasolina vai subir neste sábado por conta da elevação do ICMS.

O chefe do Executivo defendeu o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo - indicado por ele -, apesar de a autoridade monetária ter aumentado a taxa de juros, para 13,25%. A elevação da Selic foi reiteradamente criticada por Lula quando o BC está sob a gestão de Roberto Campos Neto.

O presidente do Banco Central não pode dar um cavalo de pau num mar revolto, de uma hora para outra. Já estava praticamente demarcada a necessidade da subida de juros pelo outro presidente (Campos Neto), e o Galípolo fez aquilo que entendeu que deveria fazer, argumentou. Eu tenho certeza de que ele vai criar as condições para entregar ao povo brasileiro uma taxa de juros menor, no tempo em que a política permitir que ele faça.

Lula também foi questionado sobre as contas do governo e a necessidade de novas medidas de ajuste fiscal, além do pacote apresentado no fim do ano passado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O Planalto é cobrado pelo mercado financeiro, que considera as iniciativas insuficientes para garantir o

equilíbrio fiscal. Se se apresentar a necessidade de tomar mais ações ao longo do ano, a gente vai sentar e discutir. Mas, se depender de mim, não tem outra medida fiscal. O que vamos pensar agora é no desenvolvimento sustentável deste país, mantendo a responsabilidade fiscal, e evitar que o povo pobre sofra a irresponsabilidade de algum corte fiscal desnecessário, afirmou.

O presidente frisou que, em 2024, o governo atingiu 0,1% (do **PIB**) de déficit primário, o que foi motivado pelo aumento na arrecadação, e que ficou dentro da meta de 0,25% estabelecida. Para Lula, o número "é zero", e ele negou que tenha havido um buraco nas contas públicas em sua gestão.

"Não existiu rombo fiscal. Rombo fiscal existiu no governo passado, de quase 2,6%. Se não fosse o Rio Grande do Sul, nós teríamos feito superavit pela primeira vez em muitas décadas. O que eu não posso é levar o povo humilde ao sacrifício para o benefício de menos gente", argumentou. Os gastos emergenciais com o Rio Grande do Sul, porém, não estão incluídos nesse número, e elevariam o déficit para 0,34% do **PIB**.

Ele rebateu as críticas do presidente do PSD, Gilberto Kassab. Na quarta-feira, o dirigente afirmou que o petista perderia caso as eleições fossem hoje, e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é fraco. O chefe do Executivo ironizou: Quando eu vi a história do companheiro Kassab, eu comecei a rir. Porque, como ele disse que, se a eleição fosse hoje, eu perderia, quando eu olhei no calendário e percebi que a eleição vai ser só daqui a dois anos, eu fiquei muito despreocupado, porque hoje não tem eleição, brincou.

Para Lula, Kassab foi injusto com Haddad. Ele atribuiu a crítica a uma desavença pessoal entre os dois. Ainda assim, defendeu que é preciso reconhecer a atuação do ministro para aprovar pautas como a PEC da Transição e a **reforma tributária**. Só por isso, o Haddad deveria ser elogiado pelo Kassab, mas eu não posso pedir para o Kassab elogiar, se ele não quer elogiar, frisou.

Lula também passou recados ao Republicanos, após o presidente da legenda, Marcos Pereira, afirmar que quer unificar o partido como oposição ao Executivo federal. O Republicanos está na base do governo, com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. O chefe do Executivo lembrou que não foi apoiado pelo partido durante as eleições. Se o Republicanos vai me apoiar ou não em 2026, deixa chegar 2026. Deixa chegar, gente. Não vamos tentar antecipar dois anos. O meu problema agora é fazer com que 2025 seja o ano da melhor colheita política deste país para o meu governo."

Com a popularidade em constante queda, a **inflação** alta e o recuo sobre a fiscalização do Pix, que impactou fortemente a imagem do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a linha de frente para rebater críticas e esclarecer pontos que provocaram crises, de olho nas eleições de 2026. Sob orientação do novo ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, o chefe do Executivo deu uma longa entrevista coletiva, nesta quinta-feira, na qual abordou uma série de assuntos, que foram da economia à política externa.

Lula reconheceu que o povo tem razão em estar insatisfeito com o governo, que não está entregando aquilo que prometeu. Disse, no entanto, não estar preocupado com resultado de pesquisas. Eu dizia para o Pimenta (Paulo Pimenta, ex-chefe da Secom): não se preocupe com pesquisa, porque o povo tem razão. A gente não está entregando aquilo que a gente prometeu. Então, como o povo vai falar bem do governo se a gente não está entregando?

Segundo o chefe do Executivo, no entanto, é muito cedo para fazer pesquisa sobre 2026 e para avaliar o governo, pois a gestão tem apenas dois anos. Cada coisa que eu falar para vocês, quero que anotem, porque cada coisa que eu falar, nós vamos entregar.

Um dos principais desafios para o governo é a alta dos alimentos, cujos preços subiram mais de 8% no ano passado, motivados principalmente por eventos climáticos extremos. Lula convocou reuniões com seus ministros para tratar do tema e anunciou a redução da alíquota de importação para alimentos que estiverem mais baratos no mercado externo. Questionado sobre as ações que estão no horizonte do governo, ele destacou que quer incentivar a produção de alimentos com financiamentos e modernização, e convocar os produtores para entender os motivos da alta, citando como exemplo a soja e a carne. Porém garantiu que não vai tomar medidas heterodoxas.

Eu não tomarei nenhuma medida daquelas que são bravata. Eu não farei cota, não vou colocar helicóptero para sobrevoar fazenda e prender boi, como foi feito no tempo do Plano Cruzado. Eu não vou estabelecer nada que possa significar o surgimento de um mercado paralelo. O que nós precisamos trabalhar, com muito carinho, é aumentar a produção de tudo aquilo que a gente produz", respondeu.

Já sobre o possível aumento do diesel pela Petrobras - que vem sendo especulado devido à defasagem de 22% do preço interno em relação ao mercado externo -, Lula negou saber sobre o reajuste. O rumor ganhou força após reunião entre o petista e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, na segunda-feira.

Eu não autorizei aumento do diesel. Desde o meu primeiro mandato, eu aprendi que quem autoriza aumento no petróleo e nos produtos do petróleo é a Petrobras, e não o presidente da República. Se ela tiver que fazer um reajuste, mesmo não levando em conta o aumento da **inflação** em 2023 e 2025, ainda assim o preço será menor do que em dezembro de 2022. Mas eu ainda não fui avisado se vai aumentar ou não, declarou.

Ele afirmou ainda que, caso haja movimentação de caminhoneiros insatisfeitos com o aumento dos combustíveis, vai chamar a categoria para dialogar. Além da possibilidade de reajuste pela Petrobras, o preço do diesel e da gasolina vai subir neste sábado por conta da elevação do ICMS.

O chefe do Executivo defendeu o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo - indicado por ele -, apesar de a autoridade monetária ter aumentado a taxa de juros, para 13,25%. A elevação da Selic foi reiteradamente criticada por Lula quando o BC está sob a gestão de Roberto Campos Neto.

O presidente do Banco Central não pode dar um cavalo de pau num mar revoltado, de uma hora para outra. Já estava praticamente demarcada a necessidade da subida de juros pelo outro presidente (Campos Neto), e o Galípolo fez aquilo que entendeu que deveria fazer, argumentou. Eu tenho certeza de que ele vai criar as condições para entregar ao povo brasileiro uma taxa de juros menor, no tempo em que a política permitir que ele faça.

Lula também foi questionado sobre as contas do governo e a necessidade de novas medidas de ajuste fiscal, além do pacote apresentado no fim do ano passado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O Planalto é cobrado pelo mercado financeiro, que considera as iniciativas insuficientes para garantir o equilíbrio fiscal. Se se apresentar a necessidade de tomar mais ações ao longo do ano, a gente vai sentar e discutir. Mas, se depender de mim, não tem outra medida fiscal. O que vamos pensar agora é no desenvolvimento sustentável deste país, mantendo a responsabilidade fiscal, e evitar que o povo pobre sofra a irresponsabilidade de algum corte fiscal desnecessário, afirmou.

O presidente frisou que, em 2024, o governo atingiu 0,1% (do **PIB**) de déficit primário, o que foi motivado pelo aumento na arrecadação, e que ficou dentro da meta de 0,25% estabelecida. Para Lula, o número "é zero", e ele negou que tenha havido um buraco nas contas públicas em sua gestão.

"Não existiu rombo fiscal. Rombo fiscal existiu no

governo passado, de quase 2,6%. Se não fosse o Rio Grande do Sul, nós teríamos feito superavit pela primeira vez em muitas décadas. O que eu não posso é levar o povo humilde ao sacrifício para o benefício de menos gente", argumentou. Os gastos emergenciais com o Rio Grande do Sul, porém, não estão incluídos nesse número, e elevariam o déficit para 0,34% do **PIB**.

Ele rebateu as críticas do presidente do PSD, Gilberto Kassab. Na quarta-feira, o dirigente afirmou que o petista perderia caso as eleições fossem hoje, e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é fraco. O chefe do Executivo ironizou: Quando eu vi a história do companheiro Kassab, eu comecei a rir. Porque, como ele disse que, se a eleição fosse hoje, eu perderia, quando eu olhei no calendário e percebi que a eleição vai ser só daqui a dois anos, eu fiquei muito despreocupado, porque hoje não tem eleição, brincou.

Para Lula, Kassab foi injusto com Haddad. Ele atribuiu a crítica a uma desavença pessoal entre os dois. Ainda assim, defendeu que é preciso reconhecer a atuação do ministro para aprovar pautas como a PEC da Transição e a **reforma tributária**. Só por isso, o Haddad deveria ser elogiado pelo Kassab, mas eu não posso pedir para o Kassab elogiar, se ele não quer elogiar, frisou.

Lula também passou recados ao Republicanos, após o presidente da legenda, Marcos Pereira, afirmar que quer unificar o partido como oposição ao Executivo federal. O Republicanos está na base do governo, com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. O chefe do Executivo lembrou que não foi apoiado pelo partido durante as eleições. Se o Republicanos vai me apoiar ou não em 2026, deixa chegar 2026. Deixa chegar, gente. Não vamos tentar antecipar dois anos. O meu problema agora é fazer com que 2025 seja o ano da melhor colheita política deste país para o meu governo."

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/01/7048514-com-mudanca-na-comunicacao-lula-vai-para-a-linha-de-frente-e-rebate-criticas.html>

A reforma e a "multiplicação" de crimes tributários

Anificação dos **tributos** sobre o consumo na CBS (federal) e no IBS (estadual e municipal) promovida pela **reforma tributária** (Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº

214/2025) promete simplificação no recolhimento dos **tributos** para os contribuintes e aumento de eficiência para os Fiscos.

Ela centraliza a arrecadação e a cobrança de **tributos** que antes dependiam individualmente da administração de cada ente federado.

Essa mudança terá um impacto relevante na responsabilização penal por crimes tributários, especificamente no tema cio concurso de crimes.

Apesar da unificação legislativa e operacional (**Receita Federal** e Comitê Gestor do IBS), do ponto de vista jurídico, ainda continuaremos com **tributos** distintos: um federal (CBS), um estadual (IBS) e um municipal (IBS). A Constituição estabelece que o IBS é de competência compartilhada entre Estaclos, Distrito Federal e municípios. Isso significa que, embora a arrecadação e a cobrança sejam centralizadas pelo Comitê Gestor, cada ente federado mantém sua autonomia para definir alíquotas, fiscalizar e lançar o tributo, conforme

disposto no artigo 324 cia Lei Complementar nº 214/2025.

Na prática, isso implica que um mesmo fato jurídico-tributário impactará, simultaneamente, patrimônios públicos de diversas titularidades.

O desdobramento penal desse cenário é preocupante: a possibilidade de caracterização automática cie múltiplos crimes para cada conduta fraudulenta. Esse entendimento pode resultar em uma resposta penal excessivamente severa e desproporcional, considerando que o contribuinte não tem controle sobre essa fragmentação e jamais poderá optar por cometer uma fraude exclusivamente em relação à CBS ou ao IBS, já que ambos estão umbilicalmente ligados.

O Direito Penal lida há muito tempo com a questão da quantidade de pena que deve ser aplicada em situações de concurso de crimes. Isso ocorre quando

diversos crimes são cometidos a partir de uma única ação humana (concurso formal), como uma colisão no trânsito com várias vítimas. E também quando vários crimes decorrentes de várias ações humanas são praticados em circunstâncias que tornam injusta a imposição de todas as penas somadas (crime continuado), como no caso de várias apropriações indébitas praticadas pela mesma pessoa contra a mesma vítima com

proximidade temporal. A matéria está regulada nos artigos 69 a 71 do Código Penal.

Apesar de sua importância, essa matéria é pouco discutida no âmbito penal-tributário. No cenário atual, é comum encontrar situações como a repetição sistemática de condutas de desconto e não recolhimento de **tributos** ao longo do ano ou, ainda, uma única fraude que impacta a base de cálculo de diversos **tributos** simultaneamente, como ISS/PIS-Cofins, IRPJ/CSSL, ICMS/PIS-Cofins.

Esses exemplos, frequentes na prática, evidenciam o alto risco cie uma resposta penal desproporcional, especialmente em um ambiente onde a repetição de condutas ou os efeitos multiplicadores de uma única infração sobre vários **tributos** são inevitáveis.

A discussão sobre o tema também é crucial na avaliação da insignificância cia conduta ou no reconhecimento da possibilidade de aumento da pena devido ao grave dano coletivo. Afinal, sem uma definição clara do período a ser considerado para calcular o prejuízo causado pelo crime tributário, como determinar se a infração é insignificante ou se representa um dano significativo à coletividade?"

Em países como Espanha e Argentina, onde há uma cota tributária estabelecida para

diferenciar infrações administrativas de crimes, foi adotado um "período de apuração" especial para fins penais. Nesses casos, considera-se o intervalo de um ano, independentemente de o tributo possuir prazos menores de apuração ou antecipação de pagamento. Essa abordagem faz toda a diferença, não apenas para atingir o limite de relevância penal, mas também para a caracterização de uma única prática criminosa, resultando, assim, em uma única pena.

Essa medida é coerente, pois a danosidade social crie uma conduta que mereça a sanção penal não pode estar atrelada à forma como o legislador estruturou os períodos de apuração dos **tributos** -sejam eles anuais, mensais, quinzenais ou semanais.

Atualmente, nossa legislação não aborda essa questão de forma específica, e a jurisprudência que reconhece a insignificância não estabelece critérios claros sobre o período no qual a repetição de condutas deve ser analisada.

É fundamental refletir se uma única declaração que abrange diversos fatos geradores deve ser considerada uma única ação do ponto de vista penal, o que atrairia a aplicação do concurso formal - resultando em uma pena única, com aumento -, ou se deve ser tratada como múltiplos resultados, configurando

concurso material, com a soma das penas por cada patrimônio afetado ou cada tipo de tributo envolvido. Além disso, há a possibilidade de enquadramento como crime continuado - com uma só pena aumentada - ou até mesmo como crime único.

Embora não seja comum criar regras específicas para definir a unidade ou pluralidade de crimes, também não é comum que caiba ao legislador extrapenal (tributário, neste caso) fracionar o bem jurídico protegido ou mesmo estabelecer o período de consideração das condutas que têm repercussão penal.

A **reforma tributária** exige uma abordagem específica para os crimes tributários, uma vez que essa questão se tornará parte do dia a dia dos contribuintes.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=6
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=6§ion=3)

O governo terá que fazer uma arrumação, reforma ministerial não basta

GABRIEL SABÓIA E VICTORIA ABEL

Arthur Lira (PP-AL)/ PRESIDENTE DA CÂMARA

Prestes a deixara a cadeira após quatro anos no comando, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirma que o governo precisa de uma "arrumação de baixo para cima" e que só a **reforma ministerial** não será suficiente. Cotado para o Ministério da Agricultura, ele argumenta que "falta sintonia" e existe "desequilíbrio" na composição do primeiro escalão, com representantes do Senado ocupando um espaço maior que os da Câmara.

O governo Lula registrou reprovação maior que a aprovação pela primeira vez. A que isso se deve?

O governo foi eleito com uma pauta social muito forte. Isso tem custos, mas tem que ter responsabilidade fiscal. Não é fácil equilibrar. Quando parte da população que votou no governo e outra parte que votou contra começam a caminhar para o mesmo lado (para a insatisfação), é lógico que baixa a popularidade. Não é com uma varinha de condão que vai resolver. Eu tenho a impressão de que o governo vai ter que arrumar do primeiro andar para a cobertura. Não adianta mudar só a cobertura.

O que isso significa?

O primeiro andar é a economia, emprego, **inflação**. E o sentimento popular, se há alguma coisa melhorando a vida. Depois (no segundo andar) tem a credibilidade política. O governo está com déficit, com dificuldades no Parlamento, na relação institucional. É preciso solucionar.

A dificuldade se resolve com mudança na articulação?

É fato que é necessária uma **reforma ministerial**. As nomeações originais da Esplanada foram feitas no calor da PEC da Transição. Ainda acho que o Senado ficou mais prestigiado que a Câmara e, no final, a Câmara votou mais fácil com o governo do que o Senado. Existem partidos que estão menos representados e dão mais votos. O governo deve ajustar isso, se entender que é a maneira de conseguir apoios. Deve haver arrumação de baixo para cima. Só em cima, não salvará, não resolverá. O Lula é um animal político muito experiente, mas não pode estar

na linha de batalha. Tem que ter gente brigando.

Na articulação política?

Sim, em todos os aspectos. Há um desencontro do governo com o próprio governo, entre áreas do governo. Não há uma sintonia. Mas, é o momento agora de tentar fazer, olhando para todos os aspectos, inclusive econômicos.

Como viu as declarações do presidente do PSD, Gilberto Kassab, com críticas ao governo? Disse que Haddad era "fraco":

Não posso emitir um juízo de valor. São falas dele.

Aceitaria um convite para ocupar uma vaga na Esplanada?

Eu não falo sobre conjecturas. O "se" não existe. Nunca tive conversas com Lula sobre ministério, nem com nenhum membro do governo.

Aceitaria o Ministério da Agricultura?

Não tenho respostas para algo que nunca foi conversado. Minha obrigação é deixar a presidência com a cabeça erguida, com a sensação de dever cumprido.

O senhor se incomodaria em prestar contas ao PT ou a Rui Costa, caso virasse ministro?

Nunca falei isso para ninguém. Não tenho nenhum problema com ninguém. Tenho amigos do PT ao PL.

Acredita que o momento pode fazer com que alguns partidos evitem entrar no governo?

Alguns partidos podem fazer essa opção, sim.

O senhor defende o apoio do PP à reeleição de Lula?

Hoje temos Lula e Bolsonaro como únicos candidatos da esquerda e da direita, é assim que vejo. Bolsonaro está tão inegável quanto Lula esteve preso em 2018. A nossa Constituição traz brechas para isso. A decisão de apoiar um ou outro precisa ser muito amadurecida. Hoje, o PP não tem essa decisão clara de que iremos para cá ou para lá.

Os últimos anos foram marcados pelo acirramento do embate entre Congresso e Judiciário. Como solucionar o impasse das emendas?

Sempre defendemos a transparência e sempre defenderei as emendas. Elas têm uma função social importante. Para obras estruturantes, de saúde, saneamento e para o povo. Coisas

que nenhum ministro tem condições de enxergar. As desvirtuações disso são caso de polícia, não de política. Tudo o que foi votado no final do ano foi feito seguindo orientação do poder Executivo. Mas, essa discussão vai perdurar por algum tempo, porque estamos falando de disputa de poder.

Qual é a solução?

Existem palavras fáceis de serem usadas depois de algum tempo. Hoje, fala-se em "rastreadabilidade". Sempre se soube de onde vinha a emenda. Na obra, o prefeito, o deputado, sempre falaram com orgulho da realização para aquele lugar. E claro que tudo está documentado. Mas, se quiserem transformar todas as emendas em individuais, podemos fazer, e cada emenda terá um único dono. Não podemos criminalizar a indicação parlamentar.

Da direita à esquerda, há críticas sobre a "imprevisibilidade de pautas" e requerimentos de urgência. Como avalia as reclamações?

Eu não uso o regime de urgência sozinho. E preciso de anuência de 257 deputados com digital. O que houve nesse período foi uma mudança, na qual o Legislativo assumiu o protagonismo. Quando eu cheguei aqui não se votava projeto de origem parlamentar. Os textos viviam pulando de comissão em comissão e não chegavam ao plenário. O Congresso era um carimbador de Medidas Provisórias.

Por que o senhor não pautou a cassação do Chiquinho Brazão, acusado de mandar matar Marielle Franco?

Tiveram muitas pautas duras no final do ano. Não houve motivo específico. O caso está pronto, logo irá a plenário.

O senhor encerra um ciclo de quatro anos. Qual marca sua gestão deixa?

Tivemos uma primeira eleição disputada e naquele período difícil, da pandemia, focamos em matérias estruturantes e reformas. A primeira foi a da independência do Banco Central. Depois, demos proteção à Covid. Na eleição seguinte, em meio à polarização, tive apoio de políticos de espectros

diversos. Com Lula e Bolsonaro sempre dei muito conforto para que o governo tivesse suas pautas prioritárias aprovadas. Nenhuma pauta bomba foi colocada. Fui o primeiro chefe de Poder a reconhecer a vitória do Lula. A **Reforma Tributária**, no segundo biênio, é um marco para o país.

O que gostaria de ter feito, mas não conseguiu?

Sempre haverá muitas coisas. Por aqui, sempre deixamos as discussões amadurecer para entregar um texto mais equilibrado. Neste momento, debate-se muito a Inteligência Artificial. Realmente, não votamos. Mas, não era o momento. Está longe de ser uma frustração, já que ainda tramitará na Câmara e no Senado. O PL das fake news também não foi possível. As vezes, não legislar é legislar.

O pior momento foi a operação da PF sobre os kits de robótica, que mirou um funcionário do seu gabinete?

Eu sofri porque nunca interferi junto à polícia. Eles investigaram esse caso por 1 ano e 4 meses e não acharam nada contra mim. Mas investigaram de forma adversa. A matéria que iniciou a investigação se referia a um "aliado de Lira" pelo fato dele criticar o governo de Alagoas e ser do meu partido. A polícia investigou e não comprovou desvio, o fim foi o arquivamento. Foi o momento mais duro, sim. Não é bom ser injustiçado.

Em 2026, cogita mudar de Casa e se candidatar ao Senado? Ou também cogita o governo de Alagoas?

A vida em Alagoas é de muito trabalho. Sempre há cobranças por ascensão a cargos majoritários, como governador, vice ou senador. Isso depende do grupo político, mas há a possibilidade.

"Ainda acho que o Senado ficou mais prestigiado que a Câmara (na Esplanada) e, no final, a Câmara votou mais fácil com o governo do que o Senado"

"O Lula é um animal político muito experiente, mas não pode estar na linha de batalha. Tem que ter gente brigando"

"Bolsonaro está tão inelegível quanto Lula esteve preso em 2018. A nossa Constituição traz brechas para isso"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Eleição no Congresso: mudanças nas duas Casas trazem novos desafios para o governo Lula

Davi Valadares

A ascensão de Hugo Motta (Republicanos-PB) à presidência da Câmara dos Deputados e o retorno de Davi Alcolumbre (União-AP) ao comando do Senado, ambos favoritos na disputa deste sábado, 1º, trarão novos desafios para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Embora não se espere uma mudança radical em nenhuma das Casas, a saída de cena de Arthur Lira (PP/AL) e Rodrigo Pacheco (PSD/MG) exigirá do Planalto fazer novos arranjos e acordos em prol da governabilidade.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Com um maior protagonismo nos últimos anos, o Congresso teve disputas mais acirradas em alguns momentos, muito diferente da conjuntura desenhada no pleito deste ano. As duas Casas têm seus favoritos, que advêm das alianças construídas e do apoio dos respectivos presidentes, Lira e Pacheco. É, aliás, com esses dois personagens que cientistas políticos ouvidos pelo Terra argumentam que Lula terá que atuar de imediato para garantir sucesso no avanço de pautas em 2025 e 2026.

"Tanto Hugo Motta quanto Davi Alcolumbre tendem a dar uma continuidade ao fortalecimento do Centrão dentro do Legislativo, de modo que, ao que tudo indica, caso Lula não faça uma **reforma ministerial** que comporte mais membros do Centrão, certamente ele terá muitas dificuldades em fazer aprovar projetos importantes ao Brasil", avalia Paulo Niccoli Ramirez, cientista político e professor de sociologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Letícia Machado, mestranda em Ciência Política na USP e consultora na Prospectiva Public Affairs Latam, diz que o governo precisa estabelecer uma boa relação com Motta e Alcolumbre. Ela lembra que o Congresso iniciará a nova sessão legislativa com 55 vetos presidenciais pendentes, que abrangem

questões como marcas orçamentárias, **reforma tributária** e dívidas estaduais. A agenda fiscal e tributária seguirá sendo uma prioridade central.

"A governabilidade deve seguir uma dinâmica semelhante à observada nos primeiros anos de governo, com sinais de uma inversão no papel das Casas e nos perfis de Lira e Pacheco na condução dos trabalhos. Motta tende a adotar uma postura mais aberta à negociação com o governo e lideranças, mais semelhante ao Pacheco no Senado, enquanto Alcolumbre deve apresentar maior rigidez nas tratativas, como Lira na Câmara", prevê Letícia Machado.

Se no início da disputa Lula evitou tomar partido diante da crescente divisão entre os caciques do Centrão, evitando repetir "erros do passado", como o apoio de Dilma ao candidato de oposição a Eduardo Cunha, em 2015, que acabou culminando no processo de impeachment, seu apoio a Motta e Alcolumbre veio com uma decisão política. Lula liberou seus ministros congressistas a se licenciarem dos cargos na Esplanada para votar na eleição, como um claro apoio aos nomes.

Questionado em coletiva na quinta-feira, 30, se o padrão de relacionamento do governo irá mudar ou não com a eleição de Hugo Motta e Davi Alcolumbre, o presidente Lula respondeu de uma forma protocolar: "O meu presidente do Senado é aquele que ganhar, e o da Câmara é aquele que ganhar. Quem ganhar, eu vou respeitar e vou estabelecer uma nova relação", afirmou.

Mesmo pontuando que a eleição da Câmara e do Senado é uma questão dos partidos políticos, dos deputados e dos senadores, Lula afirmou que se Hugo Motta for eleito na Câmara, e Alcolumbre, eleito no Senado, eles serão os presidentes das duas Casas e é com eles que o governo fará as tratativas que tiver que fazer.

"Eu tenho uma boa coordenação política, tenho um bom líder no Senado, um bom líder na Câmara, um bom líder no Congresso Nacional, e essas pessoas aqui vão tratar de organizar a relação do governo

federal. Eu acho que nós já demos uma demonstração de que não tem dificuldade de você governar, se você tiver muita disposição de conversar", acrescentou Lula da Silva.

Embora o perfil de Hugo Motta e Davi Alcolumbre sejam semelhantes, pois são políticos tidos como do Centrão, analistas apontam que fazer uma previsão sobre o primeiro é mais difícil. Eles afirmam que Hugo Motta é uma incógnita. Alcolumbre, por sua vez, não por já ter presidido o Senado. Ele deve buscar apaziguar lados opostos, claro, sempre pensando mais na defesa dos interesses do centro e de seu Estado, o Amapá.

"O desafio do Lula será conseguir apoio a ponto de formar maioria nas duas casas. O Senado tradicionalmente é mais maduro, com a presença de políticos mais caciques de partidos, com exceção dos bolsonaristas que por lá habitam. Mas dentro da Câmara as dificuldades tenderão a ser maiores, sobretudo pelo fato de que há uma radicalização superior dentro da Câmara, com os grupos bolsonaristas", aponta Paulo Niccoli Ramirez. Não se pode esperar que a mudança de Lira e Pacheco para Motta e Alcolumbre seja melhor ou pior para o governo Lula, acrescentou Letícia Machado.

Para suceder a Arthur Lira na Câmara, há três nomes: Hugo Motta (Republicanos-PB), Marcel van Hattem (Novo-RS) e Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ). Dos três postulantes, o favorito para o comando da Casa é Hugo Motta, que tem apoio de Lira e da ampla maioria dos deputados, consolidando uma base que pode chegar a 494 votos.

Na eleição da Câmara, o voto é secreto, registrado por meio da urna eletrônica. É eleito o candidato que receber votos favoráveis de mais da metade dos 513 deputados votantes (257 deputados). Caso isso não aconteça em um primeiro momento, realiza-se um segundo turno, no qual o deputado com melhor desempenho é eleito.

No Senado, a presidência será disputada por cinco candidatos: Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Marcos Pontes (PL-SP), Soraya Thronicke (Podemos-MS), Marcos do Val (Podemos-ES) e Eduardo Girão (Novo-CE). Alcolumbre é o maior cotado por possuir o apoio do presidente Pacheco, além de reunir o apoio de 10 partidos - no total, uma bancada de 76 senadores.

Diferentemente do modelo utilizado na Câmara, onde adota-se a urna eletrônica, o pleito no Senado utiliza cédulas impressas. Ambas as votações são secretas, e é eleito o candidato que receber ao menos 41 votos. Caso nenhum candidato conquiste a maioria absoluta,

os dois mais votados disputam um segundo turno e vence quem tiver mais votos.

Há ainda a escolha de mais 10 membros em cada Casa para finalizar a composição das duas Mesas Diretoras, formadas pelos dois vice-presidentes, quatro secretários e seus suplentes, além do presidente. Na Câmara, a votação para os membros da Mesa Diretora ocorre de forma simultânea à para a Presidência, no sistema eletrônico. No Senado, primeiro é escolhido o presidente para, em seguida, os parlamentares votarem nos demais cargos.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/eleicao-no-congresso-mudancas-nas-duas-casas-trazem-novos-desafios-para-o-governo-lula,72aa4507572c20f1feacd4dd7e622d32z2q5pbbc.html>

Trump reitera taxaço para México e Canadá

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou ontem tarifas de 25% para produtos provenientes do México e do Canadá, que comeam a vigorar amanhã.

Trump também mencionou que os EUA estão em processo de aplicar tarifas à China, e afirmou: "(O país asiático) precisa parar de enviar fentanil (um opioide) para o nosso país e matar nosso povo". De acordo com o presidente, esse será o motivo para que as tarifas sobre a China sejam implementadas em breve.

Trump disse ainda não ter definido se incluirá na medida o petróleo desses países. "Podemos ou não", disse o presidente aos repórteres, no Salão Oval da Casa Branca. "Vamos tomar essa decisão provavelmente hoje (ontem) à noite." Os EUA importaram quase 4,6 milhões de barris de petróleo diariamente do Canadá em outubro e 563 mil barris do México, de acordo com a Admi-

nistração de Informações sobre Energia.

A produção diária dos EUA durante esse mês foi, em média, de quase 13,5 milhões de barris por dia. Mas Trump não demonstrou preocupação de que as taxas de importação sobre os parceiros comerciais dos EUA teriam um impacto sobre a economia do país. "Não precisamos dos produtos que eles têm", disse.

O presidente também disse que a China pagaria tarifas por sua exportação de produtos químicos usados para fabricar fentanil. Ele já havia declarado anteriormente tarifa de 10% que se somaria a outros **impostos** de importação cobrados sobre produtos chineses.

Ao anunciar as tarifas, Trump ressaltou que os EUA precisam "arrecadar dinheiro" de alguma forma, sugerindo que o aumento da arrecadação federal virá com a implementação de suas novas políticas tarifárias.

Em evento para republicanos na Flórida, na segunda-feira, o presidente americano afirmou que o Brasil está entre os países que cobram muitas tarifas e que querem "prejudicar" os EUA.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que, se Trump taxar produtos importados do Brasil, haverá reciprocidade. "Se ele taxar produtos brasileiros, haverá reciprocidade do Brasil em taxar os produtos importados dos Estados Unidos", disse. *

colaborou ma-

THEUS ANDRADE, COM AP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preço do gás vai cair a partir do dia 1º diz CEO da Petrobras

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, publicou em seu perfil pessoal no LinkedIn na manhã de ontem (30) que o preço do gás natural sofrerá uma redução a partir de sábado (1a). Conforme a executiva, o corte é "em função das regras de reajustes previstas nos contratos com as distribuidoras."

"A quem interessar possa, o preço do gás também vem caindo", disse Chambriard na postagem. "Haverá, a partir de 1º de fevereiro, uma redução média de 1% nos preços de venda da molé-

cua de gás natural em relação ao trimestre anterior. Os contratos preveem atualizações trimestrais da parcela do preço relacionada à molécula do gás e vinculam esta variação às oscilações do Brent e da taxa de câmbio R\$/US\$." Segundo a executiva, desde dezembro de 2022, o preço médio da molécula vendida às distribuidoras acumula redução de até 23%, incluindo efeitos da redução de 1% em fevereiro de 2025. Conforme a Petrobras, a referência do petróleo Brent para o trimestre que começa em fevereiro caiu 6% e o câmbio teve depreciação de 5,3%.

"A Petrobras ressalta que o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da molécula pela companhia, mas também pelo custo do transporte até a distribuidora, pelo portfólio de suprimento de cada distribuidora, assim como por suas margens (e, no caso do Gás Natural Veicular, o GNV, dos postos de revenda) e pelos **tributos** federais e estaduais", disse a estatal em nota nesta quinta-feira (30). Ainda segundo a companhia, as tarifas ao consumidor são aprovadas por agências reguladoras estaduais.

A Petrobras reforçou, em nota, que a atualização do preço não se refere ao GLP, conhecido como gás de cozinha.

A Naturgy, responsável pela distribuição no Estado do Rio de Janeiro, disse que a redução para os clientes localizados na Região Metropolitana será em média de 1,78% para o segmento residencial. Para o segmento comercial, a redução será de 1,85%. Para postos de GNV, será de 3,97%, e de 3,76% para indústrias. Segundo a Naturgy, a redução vai beneficiar 1 milhão de clientes somando todos os mercados. O Rio de Janeiro é líder no mercado de GNV, com 1,7 milhão

de veículos leves convertidos e 700 postos, diz a concessionária.

Desde segunda (27), quando Chambriard teve reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, cresceram as expectativas de uma redução dos preços do diesel, que estão defasados em relação às cotações internacionais. A companhia não fez anúncio sobre preços dos combustíveis.

O diesel e a gasolina têm aumento nos preços agendado para sábado por conta do ajuste do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O imposto sobre a gasolina aumentará em 7%, para R\$ 1,47. Sobre o diesel, o ICMS subirá 5%, para R\$ 1,12.(KL)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=16§ion=1>

Abras pede rapidez em medidas contra inflação de alimentos

JOÃO SORIMA NETO

Mesmo com a **inflação** de alimentos encerrando 2024 em 7,6%, o consumo nos lares brasileiros cresceu 3,72% no ano passado, segundo indicador da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que considera uma cesta de 35 produtos de largo consumo, incluindo arroz, feijão, batata, leite e carnes.

A Abras tem expectativa de recuo no consumo este ano, diante de dólar e juros elevados -na quarta-feira o Banco Central levou a Taxa Selic a 13,25% ao ano -, e espera que as medidas anunciadas pelo governo para reduzir a **inflação** dos alimentos sejam implementadas de forma rápida para trazer algum alívio nos preços.

-Não é só dólar, juros, taxas de cartão. Temos **impostos** na folha de pagamento, por exemplo. O governo já sinalizou que algumas medidas podem avançar, mas outras devem passar pelo Congresso. Então, não é de hoje para amanhã que haverá impacto. Isso deve acontecer nos próximos meses - disse Mareio Milan, vice-presidente da Abras.

Entre dezembro de 2024 e janeiro deste ano, o preço da cesta de alimentos medida pela Abras já subiu 1,10%.

-Nos últimos três anos, tivemos aumento de mais de 3% no consumo dos lares. Mas, este ano, nossa previsão é que o crescimento fique em 2,7% -afirmou Milan.

Ele lembrou que a recuperação do mercado de trabalho e o ganho de renda dos brasileiros impulsionaram o consumo de alimentos em 2024. Este ano, no entanto, o emprego deve crescer menos, haverá aumento de combustíveis, e o dólar, apesar do recente recuo, continua em patamar elevado.

A própria Abras sugeriu algumas medidas ao governo, entre elas a reestruturação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), por meio do PAT e-social, com apoio da Caixa Econômica Federal, que pode gerar economia da ordem de R\$ 10 bilhões anuais.

Outras medidas apresentadas pela entidade seriam a venda de remédios sem receita nos supermercados - que teve repercussão negativa nas redes sociais -, a

modernização do sistema de prazos de validade, o chamado Best Before, e a redução do prazo de reembolso dos cartões de crédito.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

As incertezas globais - CELSO MING

CELSO MING

O ambiente externo permanece desafiador", advertiu o Co-pom no **comunicado** divulgado logo após a reunião de quarta-feira que aumentou os juros básicos em 1 ponto porcentual, para 13,25% ao ano. Que desafios são esses e que grau de incerteza trazem para a economia?

A mãe de todas as incertezas são as políticas anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. São três focos: seu protecionismo comercial, que começou nesta quinta-feira com a imposição de tarifa de 25% sobre produtos do Canadá e do México; a agressiva política anti-imigração; e a política fiscal baseada no corte dos **impostos**.

A sobretaxação alfandegária deve interferir nos fluxos globais de produção. Não terá mão única. Os países prejudicados tenderão a revidar. Os setores mais vulneráveis são o de veículos e o dos eletrônicos.

Tanto a política comercial protecionista como a política de repulsa à imigração tendem a aumentar os preços das mercadorias e os custos da mão de obra. Mais **inflação** deverá obrigar o Fed (banco central) a puxar outra vez pelos juros, na direção oposta à das pressões feitas por Donald Trump.

A questão fiscal nos Estados Unidos é grande incógnita e alto fator de incertezas. O rombo fiscal anual está a 6% do **PIB** do país. A proposta de reduzir os **impostos** internos pode derrubar a arrecadação, sem contrapartida em cortes de despesas. A dívida tende a ultrapassar os 123% do **PIB**. Se não forem feitos ajustes, os juros da dívida americana podem aumentar e prejudicar a rolagem da dívida em moeda estrangeira de outros países.

Os altos investimentos previstos em energia e em infraes-estrutura de data centers, para os quais Trump prevê inversões de meio trilhão de dólares, atuarão como sugadores de recursos em detrimento de países em desenvolvimento.

O mercado financeiro global estará sujeito à alta volatilidade até que a acomodação geral fique mais clara.

Da União Europeia e da China esperam-se mais incertezas. As economias da Alemanha e da França dão sinais de desgaste, especialmente nos setores de veículos e agricultura. Seus dirigentes prometem

defesas protecionistas.

A China, outro alvo da política comercial dos Estados Unidos, enfrenta problemas internos de difícil equacionamen-to, como o envelhecimento da sua força de trabalho e a crise do setor imobiliário. Seu crescimento econômico deve desacelerar para alguma coisa em torno dos 4,5% em 2025.

Não está claro o impacto dessas adversidades sobre as exportações do Brasil e sobre o afluxo de capitais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agenda fiscal de Lula preocupa, mas promessa sobre Petrobras traz alívio - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva errou e acertou nas declarações que fez durante entrevista coletiva concedida, ontem, no Palácio do Planalto.

Um equívoco está aqui: "Se depender de mim, não tem outra medida fiscal", disse o presidente, ignorando a urgência de maior aperto nas contas públicas. Não custa lembrar mais uma vez: se o país continuar gastando muito, o agravamento do deficit fiscal será inevitável, o que deverá gerar desconfiança nos mercados, aumento da **inflação** e mais pressão sobre a política monetária - além, é claro, de novas altas nos juros. Mas é preciso reconhecer quando o presidente acerta. Eis um exemplo: "Aprendi que quem autoriza o aumento do petróleo e derivados é a Petrobras, e não o presidente da República".

Isso mesmo. O país não suporta mais interferências desse tipo, praticadas nos últimos anos por presidentes de diferentes inclinações ideológicas. Resta saber se Lula cumprirá a promessa de deixar a estatal agir de forma independente.

Governo fecha contas de 2024 dentro da meta fiscal. As contas do governo central - que incluem o Tesouro Nacional, o Banco Central e a **Previdência Social** - fecharam 2024 com deficit primário de R\$ 43 bilhões, o equivalente a 0,36% do **PIB** brasileiro. Se forem excluídos os gastos extraordinários, como a linha de crédito para a reconstrução do Rio Grande do Sul, o número cai para R\$ 11 bilhões, ou 0,09% do Produto Interno Bruto. Significa, portanto, que o governo encerrou o ano dentro da faixa de tolerância da meta fiscal de 2024, que se estendia até 0,25% do **PIB**.

Empresas brasileiras enfrentam recorde de **impostos** e de pedidos de recuperação judicial. Dois indicadores divulgados recentemente mostram como é difícil sobreviver no atribulado e instável ambiente de negócios do país. No ano passado, a arrecadação de **impostos** federais quebrou recordes, ao mesmo tempo em que os pedidos de recuperação judicial também alcançaram as maiores marcas de todos os tempos. Ou seja, as empresas nunca pagaram tantos **tributos** e jamais enfrentaram tantas dificuldades para

seguir adiante. Não é mesmo fácil a vida do empreendedor brasileiro.

Estudo aponta baixa adesão empresarial às metas de emissões. Enquanto as metas climáticas definidas no Acordo de Paris se tornam cada vez mais desafiadoras, apenas 35% das empresas deverão cumprir os objetivos de redução de emissões estabelecidos por elas mesmas. Por setor, companhias da indústria de vestuário, varejo e geração de energia são as que demonstraram maior progresso. Os dados constam do recémlançado estudo Corporate Health Check, desenvolvido pela ONG internacional CDP, em colaboração com o Fórum Econômico Mundial e a Oliver Wyman.

RAPIDINHAS

» Entre 2020 e 2023, o Brasil registrou um aumento expressivo de 36% nos eventos climáticos extremos, como chuvas intensas, alagamentos, inundações e enxurradas, de acordo com estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Minas Gerais lidera o ranking de ocorrências, com 21% dos casos, seguido por Santa Catarina (19%).

» A intensificação dos desastres hidrológicos revela a fragilidade da infraestrutura existente e a falta de políticas públicas eficientes. "Precisamos de melhorias na infraestrutura de drenagem, recuperação e proteção dos rios, planejamento urbano e ações de conscientização pública", diz Flávio Roscoe, presidente da Fiemg.

» O fundador do LinkedIn, Reid Hoffman, investiu US\$ 24,6 milhões (cerca de R\$ 145 milhões) na criação de uma startup, a Manas AI, voltada ao desenvolvimento de medicamentos com a ajuda dos recursos da inteligência artificial. De início, a empresa focará as pesquisas em tratamentos para câncer de mama e de próstata.

» O Brasil nunca registrou tantos agrotóxicos como em 2024. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, 663 produtos foram autorizados no país - o recorde anterior havia sido batido em 2022, com 652 itens. O registro de produtos biológicos também

quebrou novas marcas, com 106 bioinsumos permitidos pelo governo.

1,69 milhão

de empregos formais foram gerados no Brasil em 2024, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). O número ficou abaixo das previsões dos economistas

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Agenda fiscal de Lula preocupa, mas promessa sobre Petrobras traz alívio

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/01/31/all.pdf>

Juros e inflação em alta: ameaças para a economia

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros da economia em um ponto percentual não será suficiente para conter a **inflação** no curto prazo, mas terá efeito imediato sobre os investimentos produtivos. Isso porque o ajuste na Selic, adotado de forma unânime, chega no momento em que os preços dos combustíveis estão sendo reajustados e vão pressionar os preços para os consumidores. A pressão dos combustíveis e dos alimentos deve aumentar as projeções de **inflação** para este ano. O último Relatório Focus do Banco Central (BC) mostra que o mercado financeiro subiu de 5,08% para 5,50% a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que vai estourar o teto da meta para este ano, que é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto para mais (4,5%) ou para menos (1,5%).

Com esse cenário e o provável aumento no valor do diesel pela Petrobras, o trabalho do BC praticamente não terá efeito sobre o controle de preços no curto prazo e será necessária nova alta na taxa básica para ver a efetividade da escalada dos juros no combate à **inflação**, deixando em aberto a possibilidade de um terceiro aumento em 2025, com a taxa chegando a mais de 15% ao ano, no maior patamar em quase 20 anos. Ainda assim, caso os preços não cedam, os diretores do BC terão que puxar os juros mais ainda, o que será mortal para o **PIB**, cujas projeções devem começar a ser reduzidas nos próximos dias.

Esse ciclo vicioso poderia ser amenizado com uma decisão mais firme do governo federal, no sentido de buscar corte de gastos que sinalizem equilíbrio nas contas públicas, que serão fortemente afetadas com a alta da Selic. No **comunicado** após a decisão, o Copom ressalta que acompanha com atenção os aspectos da política fiscal que impactam a política monetária e os ativos financeiros, considerando que a percepção dos agentes econômicos sobre a questão fiscal e a sustentabilidade da dívida segue pesando de forma relevante sobre os preços dos ativos, o que indica que, além dos preços dos alimentos, o regime fiscal também influencia na **inflação**.

Esse é um quadro que tende a se perpetuar e obrigar o BC a elevar mais vezes a taxa de juros, sufocando a economia e afetando a capacidade de pagamento das famílias brasileiras. E, nesse caso, ajuda pouco o governo e partidos da base atacarem o aumento de

juros, eximindo a responsabilidade do atual presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo. Menos ainda o governo ficar batendo cabeça e gastando tempo em encontrar uma forma de reduzir os preços dos alimentos.

Mais do que buscar soluções mirabolantes para reduzir preços, o governo precisa buscar formas de equilibrar as contas públicas. O presidente resiste em cortar gastos sociais. Então, é preciso que determine outras ações que possam surtir efeito sobre as contas públicas, como combate efetivo à sonegação de **impostos**, que, apenas neste primeiro mês do ano, soma quase R\$ 50 bilhões. Dinheiro que deixa de ser arrecadado por ineficiência da máquina pública.

Sem um ajuste do governo nas contas públicas, a tarefa do BC no combate à **inflação** pode ser como enxugar gelo. E, nesse caso, a elevação dos juros a patamares praticados há 20 anos vai desacelerar ou até mesmo frear a economia, com impacto sobre a arrecadação de **impostos**, agravando a necessidade de corte de gastos.

Caso não atue agora para equacionar as contas públicas, sinalizando para o mercado medidas que efetivamente tragam confiança aos investidores, o governo pode ser forçado no futuro a realizar o corte mais drástico, sob pena de a economia caminhar para crescimentos mais baixos ou mesmo uma recessão.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/01/31/all.pdf>

"Se depender de mim, não tem outra medida fiscal", diz Lula

Na contramão de economistas e analistas que dizem que mais cortes de gastos são necessários para equilibrar as contas públicas e dissipar uma potencial crise econômica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o governo pode discutir novas medidas ao longo de 2025, mas essa não será uma prioridade neste ano.

"Não tenho outra medida fiscal (planejada para 2025). Se apresentar durante o ano a necessidade de fazer alguma coisa, vou reunir o governo e discutir. Mas, se depender de mim, não tem outra medida fiscal", disse Lula, em entrevista coletiva.

Segundo o presidente, o governo precisa agora pensar no desenvolvimento sustentável do País, "mantendo a estabilidade fiscal e sem fazer com que o povo pobre pague o preço de alguma irresponsabilidade de um corte fiscal desnecessário".

Em novembro, o governo lançou um pacote de medidas que previa uma economia de R\$ 70 bilhões. O anúncio foi mal recebido pelo mercado, que avaliou o conjunto de iniciativas como insuficiente. Na ocasião, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu o governo ao dizer que novas propostas seriam discutidas neste ano. "Apenas esse pacote não é o suficiente", admitiu o ministro.

Apesar de dizer que o governo não cogita novas medidas, Lula voltou a dizer que "estabilidade fiscal é uma questão muito importante para este governo e para mim". "A gente quer estabilidade fiscal e queremos o menor déficit possível", afirmou o presidente.

Ontem, o Tesouro Nacional divulgou que o governo central, que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), fechou o ano com déficit de R\$ 43 bilhões, o que indica o cumprimento do arcabouço fiscal (mais informações na pág. B3).

O resultado serviu de argumento para Lula rebater os questionamentos à política fiscal do governo. "O que aconteceu com o déficit fiscal? (Vai ser) De 0,1% (do **PIB**). Não é 2,5% (do **PIB**), como recebemos, é zero. Vai ser assim, porque tenho muita responsabilidade". Lula chegou a cobrar desculpas dos críticos da política econômica a Haddad.

JUROS. Crítico da política monetária conduzida pelo Banco Central, durante a gestão de Roberto Campos Neto, Lula isentou o novo presidente da autoridade monetária, Gabriel Galí-polo, indicado por ele ao cargo, pelo aumento de um ponto por-centual na taxa básica de juros (Selic) na reunião de quarta-feira, para 13,25%. "Não pode dar cavalo de pau em um mar revolto de uma hora para outra", disse. "Já estava praticamente demarcada a necessidade da subida de juros pelo outro presidente (do BC)." GABRIEL HIRABAHASI, VIC-TOR OHANA, SOFIA AGUIAR E LAVÍNIA KAUCZ

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contas públicas têm déficit de R\$ 43 bi, dentro da meta fiscal

As contas do governo central, que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**, registraram déficit primário, sem contar os juros da dívida, de R\$ 43 bilhões no ano passado, o que equivale a 0,36% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Conforme o Tesouro, sem contabilizar os gastos com o Rio Grande do Sul e outras despesas excluídas do cômputo da meta fiscal, o rombo ficou em R\$ 11 bilhões, correspondente a 0,09% do **PIB**. Com o resultado, o governo cumpriu o previsto no arcabouço.

No resultado divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, o Instituto Nacional do Seguro

Social (**INSS**) registrou um rombo de quase R\$ 300 bilhões e foi o principal motivo para o resultado negativo.

Em 2024, o governo perseguiu duas metas. A primeira é a de resultado primário, que deveria ser neutro (0% do **PIB**), permitida uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria um déficit de até R\$ 28,8 bilhões. A outra é de limite de despesas, que era de R\$ 2,089 trilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, ressaltou que o resultado primário em 2024 é o segundo melhor resultado da década, evidenciando o processo de recuperação fiscal. "Ainda que tenhamos desafios pela frente, é inegável que o processo de recuperação fiscal foi intenso", disse.

O déficit do ano passado foi menor do que a mediana das expectativas do mercado financeiro, de R\$ 45,70 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast. O intervalo, todo negativo, ia de R\$ 62 bilhões a R\$ 13 bilhões.

"Alertamos durante o ano que ficaríamos mais próximos do centro da meta", disse Ceron. O resultado primário acumulado na gestão Lula 3 ficou em -1,19% do **PIB**. De acordo com Ceron, é o menor dos últimos três ciclos de governo, com "tendência" de melhora.
fernanda TRISOTTO E AMANDA PUPO

Notícias Relacionadas:

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE
Contas públicas têm déficit de R\$ 43 bi, dentro da meta fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo federal cumpre meta fiscal de 2024

BERNARDO LIMA

As contas do governo federal fecharam 2024 com déficit primário (receitas menos despesas sem considerar gastos com juros da dívida pública) de R\$ 11 bilhões (0,09% do **PIB**), excluindo despesas extraordinárias como a da ajuda ao Rio Grande do Sul após a tragédia das enchentes. Com o resultado, o governo cumpriu a meta fiscal do ano passado, de acordo com dados divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda.

A meta central do governo é de déficit zero, mas pelas regras do arcabouço fiscal era permitido déficit de até 0,25% do **PIB** (R\$28,8 bilhões).

Legalmente, não foi considerado para efeito do cumprimento da meta o valor desembolsado para socorrer o Rio Grande do Sul, os créditos extraordinários para combates a incêndios no Pantanal e na Amazônia e recursos extras para o Judiciário e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Sem essas exceções, o déficit primário foi de R\$ 43 bilhões (0,36% do **PIB**), uma melhora de 81% sobre o déficit de R\$ 228,4 bilhões registrado em 2023.

LULA: "NÃO EXISTIU ROMBO"

O presidente Lula disse ontem que o governo fez o necessário para o equilíbrio fiscal.

- Não existiu rombo fiscal no meu governo, houve, sim, no governo passado. No nosso não houve. Aliás, se não fosse o Rio Grande do Sul, nós teríamos tido superávit pela primeira vez depois de muitas décadas - disse Lula em entrevista no Planalto.

O recorde de arrecadação federal no ano passado foi fundamental para a melhora das contas do governo. A Receita arrecadou R\$ 2,65 trilhões entre janeiro e dezembro, recorde da série histórica iniciada em 1995.

A equipe econômica também teve que segurar o Orçamento do lado das despesas. Como parte do esforço para alcançar a meta fiscal, o governo bloqueou R\$ 17,6 bilhões em despesas no ano passado.

Os gastos com a **Previdência Social** no ano passado somaram R\$ 29,9 bilhões a mais do que o governo estimou na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024, principalmente por causa das despesas com Benefício de Prestação Continuada (BPC), que superaram em

R\$ 7,6 bilhões o estimado.

O Orçamento aprovado em 2024 previu um total de R\$ 908,67 bilhões com a Previdência no ano passado. As despesas variam entre pagamentos de benefícios previdenciários, assistenciais e desembolsos com sentenças judiciais. Na prática, os gastos ficaram em R\$ 938,5 bilhões, em torno de 3% a mais do que foi orçado na LOA.

As despesas com o **INSS** este ano também devem superar o que foi estimado pelo governo na LOA de 2025, alerta o ex-presidente do Instituto Leonardo Rolim.

Segundo cálculos do especialista, o **INSS** terá que arcar com R\$ 1,4 bilhão de gastos acima do que está previsto no Orçamento.

DESPESA COM REAJUSTES

As despesas extras se devem ao reajuste de benefícios de aposentados e pensionistas corrigidos pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 4,77%, mas a estimativa da Lei Orçamentária Anual foi feita com base em um índice de 4,40%.

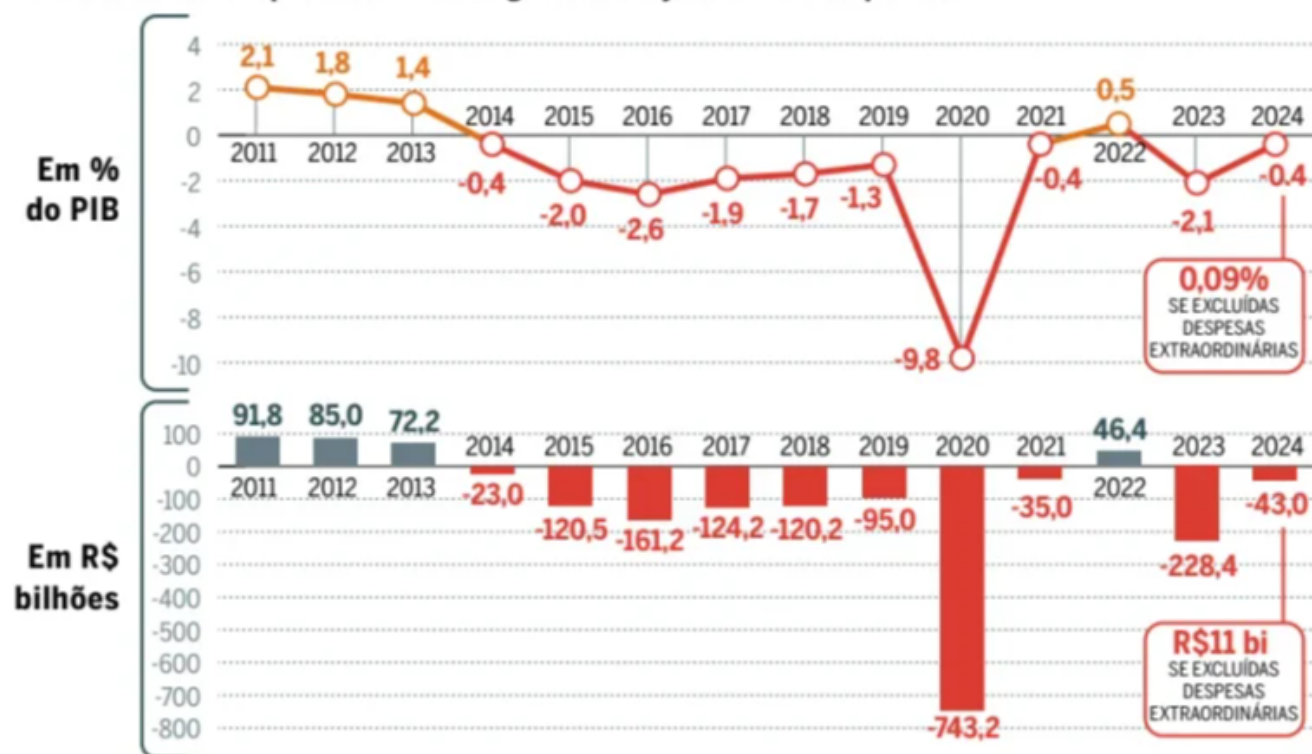
-Os benefícios que são acima do salário mínimo são corrigidos pelo IN PC. E isso representa, da despesa do regime federal, algo na casa de 56,3%. Então, a correção desses benefícios vai ser num valor maior e isso vai dar um gasto adicional de R\$ 1,4 bilhão - explica Leonardo Rolim.

O especialista afirma que outros gastos do orçamento do **INSS** foram subestimados pelo governo, como as despesas com RPV's (Requisição de Pequeno Valor), ordem judicial que obriga o órgão a desembolsar recursos para pagar dívidas judiciais que não ultrapassem 60 salários mínimos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A VARIAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Receitas menos despesas sem contar gastos com juros da dívida pública



EDITORIA DE ARTE

Gasto com Previdência é subestimado em R\$ 30 bi

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo subestimou em R\$ 29,9 bilhões as despesas com a **Previdência Social** em 2024, de acordo com os dados divulgados ontem (30) pelo Tesouro. A projeção que constou na peça orçamentária aprovada pelo Congresso era de um gasto de R\$ 908,7 bilhões, porém de janeiro a dezembro do ano passado o governo teve que desembolsar R\$ 938,5 bilhões.

O número é nominal e engloba pagamento de benefícios previdenciários, sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e os regimes próprios de Previdência.

Em janeiro de 2024, economistas já alertavam que as despesas com Previdência estavam subestimadas em, ao menos, R\$ 20 bilhões. Diferenças entre os valores projetados e os realizados são comuns, mas chama a atenção um erro de quase R\$ 30 bilhões na principal despesa do Orçamento federal, mesmo sob o constante alerta de especialistas.

A estimativa mais baixa permite que a equipe econômica entregue um Orçamento com déficit zero, mas irrealista. Ao longo do ano, se confirmada a necessidade de um gasto maior, o valor é corrigido, o que leva a bloqueio de verba de outras pastas. Foi o que aconteceu em 2024, quando os ministérios encerraram o ano com R\$ 17,6 bilhões bloqueados, valor que seria ainda maior, se não fossem as receitas extraordinárias obtidas pelo governo.

Questionado pelo Valor ao longo do ano passado, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, e o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, negavam que havia erro na projeção do governo. "Não vão se confirmar essas projeções [do mercado]", disse Stefanutto em julho. "Vocês vão se surpreender com o resultado da Previdência. A previsão de gasto e déficit vai ser menor na comparação com o orçado", afirmou Lupi em maio.

Os dados do Tesouro também mostram que a despesa com benefícios previdenciários teve uma alta real (descontada a **inflação**) de apenas 0,1% em 2024. Porém, esse número está distorcido pela antecipação do pagamento de precatórios, alertou a

Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado. O governo pagou R\$ 32,2 bilhões de precatórios previstos para 2024 em dezembro de 2023. Com isso, a equipe econômica evitou uma piora de R\$ 32,2 bilhões nas despesas em 2024.

Quando se isolam os precatórios da série, os gastos previdenciários tiveram alta real de 3,8% em 2024 na comparação com o ano anterior. Em 2023, a alta já havia sido de 4,8%, segundo cálculos da IFI. Ambos os números ficaram acima do limite de gastos do arcabouço fiscal, que permite crescimento real de até 2,5% da despesa total do governo.

Outra despesa relevante que o governo errou a previsão foi a do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um auxílio mensal de um salário mínimo pago a idosos carentes e a pessoas com deficiência de qualquer idade, também carentes. No Orçamento de 2024, a previsão era de R\$ 103,5 bilhões, mas o valor nominal gasto foi R\$ 111,1 bilhões, uma diferença de R\$ 7,6 bilhões.

O mesmo erro deve acontecer neste ano, já que economistas calculam que as projeções com benefícios previdenciários e com o BPC estão subestimadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, em tramitação no Congresso. Essas são as duas principais despesas que estão pressionando o Orçamento. A despesa com BPC cresceu 14,9% acima da **inflação** em 2024.

O economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, afirma que esse tipo de subestimativa "reflete um modelo de gestão da política fiscal que acredita que conseguirá influenciar expectativas com números pouco realistas, tentando fechar a conta com receitas extraordinárias, e se ajustando à realidade ao longo do ano".

"Isso tende a acontecer novamente ao longo de 2025, uma vez que o projeto de lei do Orçamento está subestimando a despesa com Previdência em R\$ 20 bilhões, e a despesa com BPC, em R\$ 7 bilhões, além de deixar de fora despesas obrigatórias, e, também, de superestimar a receita esperada", afirma Mendes. Procurados, Ministério da Previdência e **INSS** não se manifestaram.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=16§ion=1>

BPC: o programa social mais sensível politicamente

Corrigindo um erro histórico na formulação do texto constituinte, o Benefício de

Prestação Continuada (BPC) surgiu da Emenda Popular PE00077-6, apresentada pela Associação Canoense de Deficientes Físicos, Escola Especial de Canoas e pela Liga Feminina de Combate ao Câncer, com a seguinte redação: "Fixa o auxílio de um salário mínimo às pessoas portadoras de deficiência que não tenham condições de se automanter." Antes da regulamentação do BPC em 1993, existia, desde 1974, a Renda Mensal Vitalícia (RMV), um benefício previdenciário destinado aos maiores de 70 anos e aos inválidos para o trabalho.

A Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) criaram um novo programa não contributivo, ampliando o público passível de proteção social, com critérios de elegibilidade para pessoas com deficiência (PCD) e idosos com 65 anos ou mais, cuja renda familiar per capita fosse inferior a

1/4 do salário mínimo. A idade foi reduzida ao longo do tempo, especialmente após o advento do Estatuto do Idoso.

As despesas com esse meritório programa cresceram 29,7% acima da **inflação** em dois anos, passando de R\$ 86,6 bilhões para R\$ 112,3 bilhões em novembro de 2024, o que gerou uma proposta de aperfeiçoamento legislativo no pacote de revisão de gastos. A elevação dessas despesas está ligada à valorização real do salário mínimo, cuja indexação permite a inclusão de cada vez mais beneficiários, além da judicialização da condição de deficiência e do critério de renda. A lei estabelece a condição de miserabilidade em 1/4 do salário mínimo per capita, enquanto a justiça interpreta que pode ser até metade do salário mínimo.

Grande parte da judicialização decorre da inércia do Poder Executivo ao longo dos anos.

O Brasil ratificou, em 2007, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que define que "pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física,

mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua

participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

Ou seja, o Brasil se alinhou às melhores práticas internacionais, evoluindo do modelo médico da deficiência, adotado nos anos 70, para a concepção de avaliação biopsicossocial, que deve ser realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Se o modelo de avaliação biopsicossocial estivesse em vigor na sua totalidade, uma pessoa com deficiência física no braço, mas que utilizasse prótese ou outra tecnologia assistiva, poderia não ser considerada PCD, pois estaria em igualdade de condições para realizar certas atividades laborais. Isso ajudaria tanto na inclusão social quanto na redução de despesas.

No entanto, o índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) ainda não tem maturidade suficiente para ser um instrumento unificado de avaliação da condição de deficiência, inclusive para

acesso ao BPC. Na prática, a avaliação pericial do BPC é feita pelo **INSS** com base no modelo médico, resultando em negativas administrativas e subsequente judicialização.

Além disso, o Poder Executivo não avançou em um preditor de renda que utilizasse outros elementos para verificar a condição de miserabilidade familiar, confrontando a renda declarada no Cadastro Único com a verificada por registros administrativos. Cabe elogiar a previsão inicial do Projeto de Lei, para efeito da concessão do BPC, de que, caso a pessoa tivesse um imóvel que superasse o limite de isenção referente o seu patrimônio, ela seria declarada como apta a prover a sua própria manutenção.

A experiência internacional mostra que o benefício assistencial geralmente tem uma idade mínima mais alta ou um valor inferior ao benefício previdenciário. Nos países do G20, a idade para acessar o benefício assistencial é, em média, dois anos superior à idade mínima da Previdência. Na América do Sul, as idades mais elevadas dos programas sociais homólogos ao BPC

observadas são na Argentina e no Uruguai, ambos com 70 anos.

Propostas mais audaciosas, que poderiam aumentar a idade de elegibilidade ou desindexar o benefício do salário mínimo, poderiam ser pensadas para incentivar a contribuição à Previdência, mas dificilmente seriam aprovadas no Congresso, dada a sensibilidade política dessa matéria. Por todo o exposto, a Lei 15.077/24 é meritória, embora entenda que faltou desindexar a regra de elegibilidade, mesmo que com um valor nominal maior do que 1 /4 do salário mínimo per capita, o que reduziria a judicialização do benefício e ajudaria a ter mantido o impacto fiscal de R\$ 2 bilhões por ano, economia essa que pode ter caído pela metade após as mudanças no Congresso.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=6
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=6§ion=3)**

Presidente diz que pedirá explicações a empresários sobre preço dos alimentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que vai conversar com empresários para pedir explicações sobre o aumento dos preços dos alimentos, principalmente do óleo de soja e da carne. "Quando eu cheguei à Presidência, o preço do óleo de soja tinha caído para R\$ 4, agora subiu para R\$ 9, R\$ 10, ou seja, qual é a explicação?", questionou em entrevista coletiva, no Palácio do Planalto. "Não tenho outra coisa a não ser chamar os produtores para saber por que o preço da carne, que tinha caído 30%, voltou a subir."

A alta do preço dos alimentos se tornou um problema para o governo, que estuda medidas para baratear o custo da comida. Na semana passada, o Planalto afirmou que avaliava diminuir as taxas de importação sobre produtos determinados. A **inflação** da comida seria uma das responsáveis pela queda da popularidade do presidente Lula. Pesquisa Genial/Quaest divulgada na segunda-feira mostrou que a rejeição

do presidente chegou a 49% e superou, pela primeira vez neste mandato, a aprovação.

Segundo Lula, o aumento dos preços de alimentos que integram a cesta básica é sempre muito ruim, porque aflige os mais pobres. "Não tem sentido fazer um sacrifício enorme de realizar políticas públicas para que o dinheiro chegue na ponta e depois esse dinheiro ser comido pela **inflação**", disse o presidente.

Lula afirmou que não fará "bravatas" para conter a **inflação** dos alimentos e que o governo pretende aumentar produção e financiar a modernização da pequena e média agricultura. "Não faremos nada que possa significar surgimento do mercado paralelo."

Mais cedo, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o governo fará trabalho de "constante acompanhamento"

dos preços dos alimentos. "Vamos acompanhar o que está acontecendo no mundo dos alimentos, as condições, perspectivas, carências. Para que isso, então, possa ser desdobrado em ações", afirmou após reunião no Ministério da Fazenda.

COMBUSTÍVEIS. Lula também comentou sobre o preço dos combustíveis - a Petrobras está hoje

vendendo gasolina e diesel com preços defasados em relação ao mercado internacional. Segundo o presidente, "quem autoriza aumento do petróleo e derivado do petróleo é a Petrobras e não o presidente", e disse que não foi **comunicado** pela presidente da estatal, Magda Chambriard, sobre nenhum reajuste do diesel.

"Não autorizei aumento do diesel. Desde meu primeiro mandato, aprendi que quem autoriza aumento do (preço do) petróleo e derivado do petróleo é a Petrobras e não o presidente. Já aprendi há muito tempo isso", declarou o presidente. "Ainda não fui avisado se ela vai aumentar ou não, e ela não precisa me avisar. Se tiver decisão de que para a Petrobras é importante fazer o reajuste, ela que faça e comunique à imprensa."

LAVÍNIA KAUCZ , SOFIA AGUIAR, GABRIEL HIRABAHASI E VICTOR OHANA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo cumpre objetivo, mas falta confiança

O governo Lula conseguiu cumprir a meta de resultado primário de 2024. Pelo menos nas planilhas e nas apresentações oficiais da equipe econômica. Segundo dados do Tesouro Nacional divulgados ontem, o déficit primário foi de apenas R\$ 11 bilhões no ano, ou 0,1% do **PIB**, dentro da margem de tolerância da meta, que permite um déficit de até R\$ 28 bilhões, ou 0,25% do **PIB**.

O problema é que esse indicador não está conseguindo transmitir confiança sobre o que de fato acontece com as contas públicas. Primeiro, no dado de 2024, é preciso considerar despesas com a calamidade do Rio Grande do Sul, o que faz o déficit piorar para R\$ 43 bilhões. Se, do ponto de vista legal, o governo pode excluir o dado da meta, pelas boas práticas econômicas essa despesa deveria ser contabilizada como qualquer outra.

Além disso, como explicou o economista Tiago Sbardelotto ao Estadão/Broadcast, algumas despesas que deveriam ter ocorrido em 2024 - como o pagamento de precatórios - foram antecipadas para 2023, o que ajudou a melhorar o número do ano passado.

Já pelo lado das receitas, houve a entrada de recursos chamados de "não recorrentes", que não devem se repetir. Pelas contas do economista, R\$ 87 bilhões ganharam essa classificação.

Questionado sobre essa falta de confiança que atinge não só economistas do mercado financeiro, mas especialistas em política fiscal em geral, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que isso precisa ser avaliado pelo governo, para melhorar o diálogo e a comunicação com esses agentes, mas entende que há críticas "desproporcionais" ao trabalho que vem sendo feito pela pasta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar cai pelo 9º dia seguido e fecha em R\$ 5,85

Após alta firme do dólar pela manhã, ainda sob o impacto da leitura do **comunicado** do Comitê de Política Monetária

(Copom) de quarta-feira à noite - que elevou a taxa Selic em 1 ponto percentual, para 13,25%, e sinalizou que o ciclo de alta irá depender do comportamento da **inflação** -, a moeda americana perdeu força ao longo da tarde de ontem e encerrou o dia em queda de 0,23%, a R\$ 5,85. Foi a nona sessão consecutiva de desvalorização da moeda, com baixa acumulada de 5,30% em janeiro.

Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores, fechou o dia com alta de 2,82%, aos 126.912 pontos. Faltando apenas a sessão de hoje para o fechamento de janeiro, o Ibo-vespa acumula ganho de 5,51% no mês, a caminho do melhor desempenho desde agosto de 2024, quando avançou 6,54%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Incúria fiscal dos governadores é preocupante (Editorial)

Menos evidente e menos discutida que a incúria do governo federal com as contas públicas, a irresponsabilidade fiscal dos governadores também preocupa. Assim como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, muitos administram as contas dos seus estados como se não houvesse amanhã. Com a perspectiva de desaceleração da economia, a má gestão dos estados é a receita para um desastre. As tentativas de ajuste têm sido insuficientes. Nenhum governador pode alegar desconhecimento sobre as consequências da negligência.

Os governos estaduais deverão encerrar a metade dos atuais mandatos com o crescimento dos gastos em ritmo superior ao das receitas. Em 2023, as despesas dos 26 estados e do Distrito Federal subiram 3,9% sobre o ano anterior, enquanto as receitas caíram 3,1%, segundo levantamento do jornal Valor Econômico. No ano passado, os esforços para conter o desequilíbrio foram insuficientes. De janeiro a outubro, as receitas cresceram 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, e os gastos 4,7%. Ao longo dos dois anos, os gastos subiram 8,7%, e as receitas apenas 2,1%.

É verdade que os estados são heterogêneos. Cada um tem a sua peculiaridade. De forma geral, o crescimento dos gastos foi alavancado por despesas com pessoal e encargos sociais. Outro ponto que chamou a atenção em 2024 foram os investimentos, mantidos em patamar alto. O total aplicado em obras entre janeiro e outubro chegou a R\$ 60,6 bilhões, quase o triplo dos R\$ 21,5 bilhões no mesmo período em 2019, ano anterior à pandemia. Por óbvio, os governos estaduais precisam cuidar dos serviços públicos, repor seus quadros, promover programas sociais e melhorar a infraestrutura. Mas não é razoável fazer isso sem amparo na realidade, distribuindo aumentos salariais descabidos para o funcionalismo e promovendo outras medidas eleitoreiras.

A medida do descompasso fica evidente na comparação da política fiscal dos estados com o ritmo da economia. Nos últimos dois anos, o **PIB** registrou altas anuais expressivas, acima dos 3%. Ainda assim, a despesa corrente dos estados aumentou perto de 2 pontos percentuais acima da alta do **PIB**. Nas palavras de Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre, os estados estão "esticando bastante" a ganância. Com um

agravante: o regime fiscal e outros instrumentos funcionam como incentivo ao descalabro.

Há duas semanas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma nova lei de renegociação das dívidas dos estados, conhecida pela sigla Propag. O vice-presidente Geraldo Alckmin disse nunca ter visto "algo tão generoso". Mediante o cumprimento de algumas metas, as taxas de juros hoje em 4% poderão cair a zero, sem contrapartidas adicionais de responsabilidade fiscal. "Será mais uma nova rodada de financiamento federal para a expansão dos gastos públicos", diz Pires. É o quarto alívio às dívidas estaduais desde o Plano Real. Nenhum dos anteriores representou avanço no equilíbrio das contas públicas. Nos últimos dois anos, os estados com maior discrepância entre gastos e receitas nem são os mais endividados. Isso mostra como o descaso tem se disseminado de forma preocupante. E um custo que o brasileiro já está cansado de pagar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Copom "suave" abre debate sobre nível final da Selic

O Comitê de Política Monetária (Copom) frustrou parte das expectativas do mercado na primeira reunião com Gabriel Galí-polo na presidência do Banco Central (BC). A alta de 1 ponto percentual na Selic, para 13,25% ao ano, conforme definido na quarta-feira, era amplamente esperada, assim como a continuidade da indicação de que a taxa básica chegará a 14,25% no encontro de março. No entanto, a porta aberta pelo colegiado para as decisões a partir de maio não atendeu a parcela dos agentes que esperava a manutenção de uma comunicação mais dura, e deixou a pulga atrás da orelha de alguns participantes do mercado sobre o nível da taxa básica de juros no fim do ciclo de aperto.

Casas importantes e que mantêm estimativas de uma Selic bastante elevada no fim do ciclo passaram a questionar se a autoridade monetária, de fato, entregará o juro projetado em seus cenários. Foi o caso da equipe de economistas do Itaú Unibanco, liderada pelo ex-diretor do BC Mario Mesquita, que projeta a Selic em 15,75% no fim do ciclo.

Com a avaliação de que o início da gestão Galípolo no comando do BC foi "um tanto quanto brando" e de que o texto do **comunicado** "reage de forma contida à severa deterioração das expectativas de **inflação** nas últimas semanas", o Itaú vê riscos de que o Copom encerre o ciclo antes de a Selic chegar ao nível projetado pelo banco.

Algum temor também foi exposto pelo economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, para quem o Copom "não parece ter muita certeza de que quer levar o juro para além de 15,25%, que seria renovar a promessa de mais duas altas de 1 ponto". Nesse sentido, para o economista, não está claro que a autoridade monetária está, hoje, mirando uma **inflação** de 3% no fim do governo Lula, em 2026.

"Parece que o BC vai buscar algum gradualismo e, em algum momento, parar [de aumentar] o juro e esperar. Nosso cenário de 15,5% de juros não muda, mas essa postura do BC coloca um certo viés de baixa", diz Genta em comentário divulgado após a decisão. O economista, que já foi secretário-adjunto do Ministério da Economia, trabalha com um cenário de **inflação** de 6,25% neste ano, bem acima das projeções reveladas ontem pelo Copom. "Essa postura da autoridade monetária reforça esse nosso cenário", diz.

Na sessão de ontem, ganhou força no mercado a sensação de que a Selic pode não subir tanto quanto o mercado chegou a precificar. No fechamento, a curva de juros embutia nos preços uma taxa em torno de 15,5% no fim do ciclo, o que indicou, assim, uma forte retirada de prêmios de risco desde o pico do estresse nos mercados de juros no fim do ano passado.

O mercado retirou prêmios de forma mais acentuada dos juros de curto prazo, enquanto as taxas de longo prazo acompanharam a direção, mas não a intensidade. Assim, a curva de juros ganhou inclinação na sessão. A diferença entre as taxas dos DIs com vencimento em janeiro de 2031 e em janeiro de 2027 terminou o dia negativa em 11 pontos-base (0,11 ponto percentual). No início do mês, o spread entre as taxas estava negativo em 0,55 ponto percentual.

E a postura menos conservadora do Copom favorece um aumento da inclinação da curva,

aponta o gestor de renda fixa Gustavo Pi Okuyama, da Porto Asset Management, ao avaliar que esse trade "andou" bastante ontem. "Se a gente evoluir de acordo com a leitura do mercado de hoje [ontem], acredito que a curva deve continuar trabalhando com a ponta longa mais pressionada", avalia.

No caso da **inflação** "implícita", também houve alívio: a NTN-B para agosto de 2026 precificava uma **inflação** de 6,82% ontem contra 6,92% na quarta-feira.

Ao se ter em vista que o Copom já vê sinais de arrefecimento da economia, o ciclo de aperto monetário não deve mais chegar a 16% como o mercado chegou a precificar, avalia o gestor Eduardo Cohn, da Heritage Capital Partners, que, por anos, foi trader no Itaú BBA. "Ainda que tenha deixado em aberto, ele mostrou que já está vendo sinais de arrefecimento da atividade. Se está vendo isso, a política monetária mais restrita-

"Nosso cenário de 15,5% de juros não muda, mas essa postura do BC coloca um certo viés de baixa"

Fernando Genta

va já está fazendo efeito, logo não é preciso apertar

muito mais."

"Se, antes, havia uma precificação de corte de 0,80 ou 0,85 ponto percentual, agora é de 0,60 ponto. O mercado tirou todo o prêmio", afirma Cohn. "É a reação natural dos ativos: uma Selic menor, menos juros. E dólar mais forte porque o país tem um problema fiscal, e o estrangeiro só viria para cá se tivesse um atrativo muito bom - no caso, uma Selic bem elevada."

Na avaliação de Cohn, agora com um BC não tão conservador, a Selic deve ir até 15% ou 15,75%. "Só não irá para esse patamar se houver algum pacote fiscal. Nesse caso, teremos todos os problemas resolvidos: você consegue conter a pressão inflacionária e ter uma Selic mais baixa", diz. "Se continuar assim, sem medidas fiscais, a Selic tem de ir para esse patamar para gerar alguma recessão e, por consequência, desinflação." O gestor da Heritage afirma, ainda, que agora o governo tem dois caminhos bastante impopulares: ou cortar gastos ou deixar a Selic mais alta. "Não sei o quanto o governo está disposto para enfrentar uma recessão, seja via corte de gastos ou Selic, porque ele está sendo massacrado na opinião pública, principalmente em bases sólidas para o governo, como na região Nordeste e no público feminino", diz. "A escolha mais óbvia é o cortar gastos, mas esse governo tem um DNA muito contrário a isso."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=6
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188105?page=6§ion=3)**